

NOTA DE IMPRENSA

Artur Lima lamenta: PROMÉDIA 2020 mantém comunicação social subjugada ao poder político

O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS-PP Açores, Artur Lima, lamentou, esta quinta-feira, que a proposta do Governo socialista ao regime de apoios aos órgãos de comunicação social privados dos Açores (PROMÉDIA 2020), mantenha subjugados ao poder político os jornais e rádios da Região, lamentando que o PS não tenha aceite um alargamento da pluralidade democrática no âmbito da fiscalização destes apoios.

“A existência de uma comunicação social independente é uma garantia de participação cívica, livre, democrática e um pilar essencial da democracia pluralista que, todos nesta casa da Autonomia, temos a obrigação de diariamente, construir, defender e aprofundar. A proposta do Regime Jurídico do Programa Regional de Apoio à Comunicação Social Privada apresentada pelo Governo foi, na sua essência, conformada contra a vontade do universo dos agentes do setor, centralizou no Governo todas as competências de fiscalização e reduziu a pluralidade existente em sede da Comissão de Análise e Acompanhamento”, criticou Artur Lima.

Por consequência, acrescentou, o CDS-PP apresentou um conjunto de propostas de alteração que visavam, em primeiro lugar, “garantir, nos termos da nossa Constituição, que este programa regional de apoio seja um instrumento de aprofundamento da liberdade e da independência dos nossos meios de comunicação social privados”.

O CDS preconizava “um efetivo exercício do direito à liberdade de imprensa e a garantia dos meios necessários para que a sua aplicação seja real, pluralista e democrática nos nossos meios de comunicação social privados”, assim como defendia “que os nossos meios de comunicação social privados sejam, efetivamente, independentes do poder político”.

As propostas de alteração democratas-cristãs versavam ainda sobre o fim “da discriminação entre as ilhas, uma vez que a importância da comunicação social é necessária e transversal a toda a região” e pretendia que “a fiscalização fosse garantida pela representação de todos os agentes profissionais e de todas as forças políticas representadas Assembleia”.

Em síntese, a bancada liderada por Artur Lima propunha que o PROMÉDIA 2020, ao nível da comissão de análise e acompanhamento das candidaturas, fosse alargada (e não reduzida como acontece com a proposta do Governo), reintroduzindo nesta comissão os representantes das associações de imprensa e radiodifusão e a inclusão de um elemento de cada grupo e representação parlamentar com assento na Assembleia Regional.

Ainda no âmbito do alargamento das competências da comissão de análise e acompanhamento, os centristas defendiam a obrigatoriedade de o membro do Governo com competência em matéria de comunicação social ter que solicitar um parecer prévia àquela estrutura, sempre que tivesse que definir as verbas anuais a inscrever em orçamento para fazer face aos apoios e na distribuição do bolo global por cada tipologia de apoio.

Por outro lado, o CDS defendia a reintrodução dos apoios à modernização tecnológica dos órgãos de comunicação social, nomeadamente ao nível da aquisição de hardware e permitindo que as candidaturas a estes apoios fossem anuais, e tentava introduzir uma novidade ao nível da possível criação de “apoios especiais e de apoios extraordinários”. Os primeiros serviriam apenas “para publicações periódicas e operadores de rádio através da criação de uma linha de crédito, visando a contratação de empréstimos, sem juros, e reembolsáveis a 120 meses, permitindo a concretização de projetos de investimento”. Os apoios extraordinários o CDS definia-os como sendo para “todos os órgãos de comunicação e só para fazer face à recuperação de infraestruturas e meios técnicos danificados por situações de intempéries”, sendo criados por Resolução do Conselho do Governo.

Outra novidade que o Grupo Parlamentar do CDS tentou incluir na proposta do PROMÉDIA 2020 prendia-se com a possibilidade de apoiar, na totalidade dos encargos, “ações de formação e valorização conjuntas” entre profissionais do setor ou órgãos de comunicação social, desde que estivessem “inscritos funcionários e ou colaboradores de, pelo menos, 50%” dos órgãos da Região.

Ao nível dos apoios à produção, o CDS entendia ser importante, para jornais e revistas, apoiar em 25% os gastos com consumos de energia, comunicações telefónicas e alojamento em servidores de edições ou páginas online, reintroduzindo um apoio “de 40% dos fatores de produção, designadamente papel e chapas offset, com um limite de comparticipação mensal de três mil e quinhentos euros”, assim como, para as rádios, apoios de 50% no consumo de energia dos transmissores e retransmissores e de 25% nas comunicações telefónicas e alojamento em servidores de edições ou páginas online.

Todavia, todas estas propostas de alteração do CDS-PP foram chumbadas pela bancada do PS, o que levou Artur Lima a considerar que, com o programa de apoio que vigorará até 2020, a comunicação social açoriana vai continuar subjugada ao poder político regional.

Horta, 6 de setembro de 2017

GP CDS-PP Açores – Gabinete de Imprensa

Pedro Ferreira
96 039 24 64